



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Da Sra. DRA. SORAYA MANATO)

Altera a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, para dispor sobre o cadastramento e o registro do trabalhador portuário no órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário nas condições especificadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que “Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 58-A:

“Art. 58-A. São assegurados o cadastramento e o registro no órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário do trabalhador portuário que teve o seu registro cancelado na forma do art. 58 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, mas que não tenha recebido integralmente a indenização prevista no inciso I do art. 59 e no art. 60 da mesma lei.

Parágrafo único. O cadastramento e o registro previstos no caput deste artigo poderão ser requeridos pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

Quando da edição da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, a legislação que disciplinava o regime jurídico da exploração de portos facultou o cancelamento do registro profissional dos trabalhadores portuários (art. 58), assegurando-lhes o pagamento de uma indenização (inciso I do art. 59), a qual deveria ser complementada quando o trabalhador portuário constituísse sociedade comercial com o objetivo de exercer atividade portuária (art. 60).

Essa lei foi revogada pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, mas tivemos inúmeros casos de trabalhadores que tiveram os seus registros cancelados com base na legislação anterior sem que tenham recebido integralmente a indenização previamente estabelecida.

Assim, esses trabalhadores se viram impedidos de dar continuidade aos seus trabalhos na condição de trabalhador portuário avulso. Todavia o cancelamento do registro, nos termos da legislação anterior, somente deveria surtir efeitos a partir do pagamento integral da indenização, o que efetivamente não ocorreu em vários casos.

O objeto da proposta em tela é o de possibilitar que os trabalhadores que se encontram nessa situação relatada possam ser cadastrados e ter o registro no órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, nos termos da legislação vigente. Essa excepcionalidade se dará pelo período de um ano, a contar da publicação da lei.

Essa medida representará a correção de uma injustiça praticada contra inúmeros trabalhadores portuários que se encontram impossibilitados de exercer a sua profissão em razão do descumprimento da lei anteriormente vigente.

Esses os motivos pelos quais esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dra. Soraya Manato – PTB/ES

Sala das Sessões, em de de 2022.

DRA. SORAYA MANATO
Deputada Federal – PTB/ES

2022-5819

3

Apresentação: 22/06/2022 16:52 - Mesa

PL n.1740/2022



Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 313 - CEP: 70160-900 - Brasília – DF
Tel: (61) 3215-5313 - e-mail: dep.dra.sorayamanato@camara.leg.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dra. Soraya Manato

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD225618902700>

